



Brasília, 04 de novembro de 2008

Exmo. Sr.  
**André de Paula**  
D. Presidente da CMADS  
Câmara dos Deputados

c/c  
Exmo. Sr.  
**Jorge Khoury**  
D. Relator do PL 6424/05  
Câmara dos Deputados

c/c  
Exmo. Sr.  
Carlos Minc  
MD. Ministro de Meio Ambiente

c/c  
Exmo; Sr.  
Reynhold Stephanes  
MD. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ref.: votação de substitutivo ao PL 6424/05 na próxima sessão da CMADS da Câmara dos Deputados (dia 05/11/08)

Senhor Presidente,

As organizações abaixo listadas, que integram o grupo proponente do Pacto pela Valorização da Floresta e pela Eliminação dos Desmatamentos na Amazônia, cuja proposta foi lançada nesta Câmara dos Deputados no dia 03 de outubro de 2007, com a presença de parlamentares, governadores, secretários de estado, organizações da sociedade civil e ministra de meio ambiente, também conhecido como Pacto pelo Desmatamento Zero, **vêm, por meio desta, informar a Vossa Excelência, da posição contrária à aprovação do PL 6424/05**, em função dos argumentos abaixo apresentados.

O projeto de lei em questão trata de um dos temas mais importantes em matéria de gestão ambiental no País, pois 70% das emissões brasileiras de gases de efeito estufa são oriundos de desmatamento e queimadas.

Embora tenha havido vista coletiva há mais de um ano, quando o relatório foi apresentado à CMADS não houve, desde então, debates consistentes, públicos e atualizados sobre o conteúdo da proposta, que a propósito traz inovações substanciais em relação à proposta então publicada. O PL em apreço deve ser objeto de análise criteriosa, pois diante dos avanços que outros fóruns têm conseguido na discussão de temas afins é que propomos um envolvimento maior, mediante ampla discussão e negociação públicas com os diversos setores da sociedade, para evitar interpretações paralelas

Recentemente, em setembro, em reunião com os Ministros Carlos Minc, do Meio Ambiente, e Reynhold Stephanes, da Agricultura, na presença do relator Dep Jorge Khoury e de outros parlamentares e organizações da sociedade, estes apoiaram e se comprometeram a participar de um Grupo de Trabalho a ser criado pelo MMA e MAPA para avançar no processo de discussão de forma aberta e transparente.

Os referidos Ministros e as organizações ali representadas aceitaram avançar o debate, no contexto de uma estratégia mais ampla que considere as políticas públicas a serem implementadas para a contenção do ritmo acelerado de desmatamento das florestas e dentro dos pressupostos da proposta de Pacto pelo Desmatamento Zero na Amazônia.

Nesse exato momento, vale lembrar, que a Frente Parlamentar Ambientalista está realizando uma série de reuniões técnicas para discutir pontos centrais da gestão florestal brasileira com vistas ao seu aprimoramento, dentre eles a reserva legal, o zoneamento ecológico-econômico, as áreas de preservação permanente e outros pontos tratados no PL 6424/05.

Pela importância do tema de que trata o referido projeto de lei e pelos riscos que o substitutivo ora apresentado oferece em termos de retrocesso na política de combate ao desmatamento no país, entendemos ser necessária a discussão continuada da matéria de forma ampla e participativa através de instâncias como o prometido grupo de trabalho misto (executivo e legislativo) a ser criado entre MMA e MAPA e composto por representantes da Frente Parlamentar Ambientalista, Frente Parlamentar Ruralista e organizações da sociedade.

Somos contrários ao relatório da forma como está atualmente redigido, pois há vários problemas sérios de forma e de conteúdo que não foram discutidos e cuja solução poderá ser alcançada no âmbito do GT referido.

Dessa forma, **reiteramos a posição contrária ao projeto na sua forma atual**, e pela solicitação de prazo de, no mínimo, três meses, para que o GT supra referido ofereça sua contribuição para o tema em apreço, buscando os possíveis acordos sobre alguns de seus pontos fundamentais.

Atenciosamente,

